

A LITERATURA INFANTOJUVENIL E A CONSTRUÇÃO DO LEITOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

Francisco das Chagas Souza COSTA²

RESUMO: A literatura infantojuvenil cumpre um papel extremamente salutar no tocante à formação do leitor crítico. Essa premissa que norteia o presente trabalho e cujo ápice resultou em uma dissertação, produzida no CFP/UFCG durante o Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), sintetiza bem o que se objetiva expor neste breve artigo. Durante muitos séculos, a imagem e o tratamento outorgado aos indivíduos de pouca idade correspondia à negação de direitos que hoje parecem inquestionáveis. Nesse sentido, a literatura destinada a esse público surgiu com escassez e condicionada a um viés de domesticação. Tudo indica que o florescimento desse gênero literário é consequência de um maior amadurecimento da sociedade associado aos avanços tecnológicos e econômicos. Embora tenha sido vista, por um longo período, como um acessório da Pedagogia, a literatura infantojuvenil vem adquirindo, na contemporaneidade, o status que merece, pois é sabido que a construção de um leitor proficiente deve começar na base, isto é, desde a mais tenra idade. Nessa lógica, este artigo tem o objetivo de destacar a relevância da literatura infantojuvenil, enquanto instrumento *sui generis*, na formação de leitores perspicazes. Para tal empreitada, realiza-se uma pesquisa bibliográfica na qual autores, a exemplo de Coelho (2000), Cosson (2006), entre outros, são sustentáculos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitor. Leitura. Literatura Infantojuvenil.

THE INFANTOJUVENIL LITERATURE AND THE CONSTRUCTION OF THE READER: SOME CONSIDERATIONS *

ABSTRACT: The children and youth literature plays an extremely salutary role in regard to the development of the critical reader. This premise guiding this work and whose summit resulted in a dissertation, produced to as part of the CFP / UFCG during the Professional Master of Arts (PROFLETRAS), sums up what is objectively exposed in this short article. For many centuries, the image and the treatment accorded to individuals of young age corresponded to the denial of rights that now seem unquestionable. In this sense, the literature aimed at this audience came up with scarcity and conditioned to a domestication of bias. Everything indicates that the flowering of this genre is the result of a greater maturity of society associated with technological and economic advances. Although it has been seen, for a long period as an enhancement of Pedagogy, the Children's literature is acquiring in contemporary times, the status it deserves, since it is known that the construction of a proficient reader should begin at the base, that is, from an early age. In this logic, this paper has the objective to highlight the importance of children

¹ Este artigo é um recorte da Dissertação defendida em 18 de junho de 2015. Trata-se de uma pesquisa orientada pelo professor doutor Elri Bandeira de Sousa.

² Mestre em letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras – Profletras – da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras.

and youth literature as an instrument, sui generis, in the formation of keen readers. For such an undertaking, it was carried out a bibliographical research literature in which authors provide the theoretical support like Coelho (2000), Cosson (2006), among others, are linchpins

KEYWORDS: Reader. Reading. Children and Youth Literature.

Na sociedade contemporânea, crianças e adolescentes obtiveram direitos que são imprescindíveis para a construção de um mundo mais justo e harmônico. Não obstante ainda existam abusos e violações das leis que buscam assegurar uma vida digna a esses indivíduos, que estão em pleno desenvolvimento moral e intelectual, muitos avanços merecem ser reconhecidos.

No contexto desses direitos, antes negados, está um dos principais: a educação. O acesso ao processo educacional constitui-se um elemento basilar na formação humana e profissional dos indivíduos. Assim, a escola pública, o contato com as diversas formas de interação humana e a literatura pode ser vista como peças que se coadunam para que os menores tenham a oportunidade de um desenvolvimento salutar.

Nesse sentido, a formação do intelecto e da personalidade tem na prática da leitura um componente relevante. Aquilo que o indivíduo lê, durante sua trajetória de vida, contribui, indubitavelmente, para sua construção enquanto sujeito. A literatura infantojuvenil, nesse sentido, pode se configurar como um dos fatores de um processo benéfico que se desenrolará ao longo das demais fases do ser humano.

Esse reconhecimento da importância de oportunizar o acesso de crianças e jovens ao texto literário beira ao consensual em dias atuais. No entanto, essa realidade é relativamente recente, sobretudo, em países mais jovens como o Brasil que foram construídos sem dar maior prioridade a fatores culturais e à educação.

Na Europa, o surgimento da literatura infantojuvenil esteve condicionado a mudanças de paradigmas sociais e até às estruturas econômicas. O fim do feudalismo, a

passagem da Idade Média para a Moderna, a chegada da burguesia ao poder, as novas formas de produção foram determinantes para a imersão de uma nova ótica que deixava de enxergar a criança como um adulto em miniatura.

Com as novas ordens econômicas e sociais vindas com a chamada Idade Moderna e as ideias iluministas, a produção de uma literatura destinada aos menores pôde ser desenvolvida, pois a concepção de estrutura familiar também se modificou com a necessidade de educar melhor os filhos para um novo mundo em processo de modernização. É óbvio que as disparidades sociais se refletiam, também, nas desigualdades de acesso a certos bens culturais, a exemplo da literatura. No roteiro desses fatos, Zilberman (2003, p.16-17) diz que:

Foram as modificações acontecidas na Idade Moderna e solidificadas no Século XVIII que propiciaram a ascensão de modalidades culturais como a escola com sua organização atual e o gênero dirigido ao jovem. Com a decadência do feudalismo, desagregaram-se os laços de parentesco que respaldavam esse sistema, baseado na centralização de um grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, favores, dívidas de compadrio, sob a égide de um senhor de terras de origem aristocrática. Da dissolução desta hierarquia nasceu e difundiu-se um conceito de estrutura unifamiliar privada, desvinculada de compromissos mais estreitos com o grupo social e dedicada à preservação dos filhos e do afeto interno, bem como de sua intimidade. Estimulada ideologicamente pelo Estado Absolutista, depois pelo liberalismo burguês, que encontraram neste núcleo o suporte necessário para centralizar o poder político e contrabalançar a rivalidade da nobreza feudal, ela recebeu o aval político para irradiar seus principais valores: a primazia da vida doméstica, fundada no casamento e na educação dos herdeiros; a importância do afeto e da solidariedade de seus membros; a privacidade e o intimismo como condição de uma unidade familiar.

A citação acima ratifica, portanto, a ideia de que a transição do período medieval para o moderno significou, literalmente, rupturas consideráveis nas configurações culturais e socioeconômicas. Percebe-se, assim, que o século XVIII, conhecido como “século das luzes” trouxe embutido uma série de ideais que valorizavam o conhecimento e a liberdade. Num antagonismo em relação aos preceitos medievais respaldados pela Igreja Católica, aquela nova sociedade emergia com o desejo de questionar os dogmas e modelos

socioeconômicos vigentes. Nessa conjuntura, a necessidade de se formar gerações com maior domínio dos conhecimentos existentes na época, além de avançar nos estudos e pesquisas para novas descobertas, proporcionou uma abertura para uma ótica que entrava em confronto com a visão, predominantemente, teocêntrica de outrora.

O mundo moderno, voltado para uma ciência que simbolizava o progresso da sociedade, seguiu o pensamento de que desde cedo os indivíduos deviam ter contato com bens culturais capazes de facultar o desenvolvimento da mente e educar nos moldes da família tradicional da época. Nesse sentido, o modo mais profícuo encontrado foi a disseminação da literatura, que antes estava limitado ao público adulto, para aqueles que não eram vistos com os potenciais e necessidades de amadurecimento cultural que a arte literária poderia outorgar.

O entendimento de que os seres humanos deveriam passar por um processo de maturação, que estava condicionado à ideia de faixa etária, culminou com a criação de um modo de fazer literatura para os de menor idade que ficou consagrado como um novo gênero: o infantojuvenil. Os adultos passariam a escrever literatura para crianças e adolescentes de maneira a contribuir para o amadurecimento cultural dos futuros adultos.

Nessa esteira de pensamento, convém ressaltar que uma das primeiras tentativas de produção literária para o público não adulto ocorreu, ainda, no século XVII. O francês Charles Perrault foi responsável pela coleta e adaptação de vários contos da literatura oral, o que veio a ser denominado de contos de fadas. Era uma espécie de literatura de teor didático-moralizante e civilizatório que visava à formação das futuras gerações com base em princípios e ideologias da burguesia ascendente. A partir de tais empreitadas é que a literatura infantojuvenil passou por um processo de consolidação e propagação pelo mundo.

Nesse sentido, é consenso o fato de que a literatura como fazer artístico amplo que engloba tanto o escrito quanto a oralidade esteve sempre presente na vida das pessoas desde os seus primeiros anos. Quando ainda não dominavam o código escrito, as crianças escutavam causos, lendas, fábulas, entre outros, despertavam a imaginação e a criatividade. Em outras palavras, o mundo da literatura está presente na vida humana antes mesmo dos indivíduos adquirirem o conhecimento da palavra escrita. Essa oralidade que exterioriza elementos literários introduz os menores no desejo de conhecer novas histórias quando tiveram as condições de lidar com o aspecto escrito da língua. Com isso, é possível, portanto, endossar as palavras de Góes (2010, p.95) ao dizer que:

[...] o livro para crianças é conquista moderna. Já a Literatura Infantil tem sua origem oral do mito; amas de leite, rapsodos e educadores transmitiam de viva voz à infância, primeiro na Grécia, depois em Roma, as tradições de seus antepassados, fábulas, lendas heroicas ou religiosas e aventuras extraordinárias. Na Grécia se narravam os mitos de Hesíodo ou se recitavam fragmentos da *Ilíada* ou da *Odisseia*; em Roma, *De viris illustribus*, de Cornelio Nepote, 94 a.C., ou as *Vidas paralelas* de Plutarco, 50-138 a.C. No Oriente o desenvolvimento da literatura deste tipo se confunde com a popular e a folclórica: apólogos e lendas de conteúdo heroico civil e religioso.

Nesse processo histórico no qual o ser humano estabelece contato com a literatura, as metamorfoses socioeconômicas e nos meios de comunicação são de grande relevância. A passagem de uma literatura oral para a escrita destinada ao público infantojuvenil perpassou por uma série de reflexões de cunho estético e ideológico. Que tipo literatura os adultos produziriam para os mais jovens? Qual linguagem seria apropriada? Que ideias e valores deveriam transmitir? Essas indagações se fizeram presentes na gênese dessa literatura que tenderia a ser revolucionária, pois se prestava a atender um público carente da língua escrita e em condições cabais de crescimento intelectual.

Os impasses existentes nos primórdios da literatura infantojuvenil se deram em parte pelas dúvidas quanto aos focos de interesses e as funções à que esse novo fazer literário estaria vinculado. Constituiu-se, então, um processo iniciado com certo grau de

imprecisão que aos poucos foi delineando um novo formato literário. Nesse sentido, os primeiros escritos postos como literatura infantojuvenil foram na verdade textos literários destinados ao público adulto que pela leveza da linguagem e temática educativa puderam ser adaptados para os pequenos.

Ademais, obras que adquiriram um caráter de universalidade tiveram condições de circular em todas as faixas etárias sem receber juízo de valor como categoria literária inferior. É o caso das obras *Robison Crusoe* (1719) do autor inglês Daniel Defoé e o *Pequeno Príncipe* (1943) do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry. A natureza filosófica desses dois livros os tornaram clássicos da literatura, ultrapassando os limites de idade. Esse fato demonstra que a literatura escrita para os não adultos não seria necessariamente menor no sentido estético e reflexivo. Não obstante os ajustes de linguagem para um público menos experiente a literatura infantojuvenil manteria o mesmo valor artístico.

Na contramão dessa realidade, o modo como a literatura infantojuvenil foi construída, ao longo do tempo, apresentou reveses e mudanças de rotas que foram consequência dos enfoques ideológicos de cada época. O que se constata é que o termo infantojuvenil esteve carregado de um preconceito, isto é, obras e escritores do público adulto estariam acima daqueles que escreviam para os “inocentes”. Esse fato histórico-literário é confirmado por Cademartori (2010, p.13) ao afirmar que:

Historicamente, a literatura infantil é um gênero situado em dois sistemas. No sistema literário, é espécie de primo pobre. No sistema da educação, ocupa lugar mais destacado, graças ao seu papel na formação de leitores, que cabe à escola assumir e realizar. Sendo assim, nas conceituações e definições do que seja literatura infantil, não é raro que encontraremos a alternância, ou a convivência, de critérios estéticos e pedagógicos. Uma comprovação rápida de que a literatura infantil, pode ser extraída rapidamente das listas, indicações, sugestões, seleções de todo tipo de obras literárias consideradas mais importantes ou representativas.

É reconhecido, desse modo, que o aparecimento tardio da literatura infantojuvenil, motivado pelas razões supracitadas, condicionou também a uma escassa produção de crítica literária desse gênero. Quando se coloca em pauta o caráter pedagógico a partir do qual se desenvolveu essa literatura, surgem os questionamentos sobre o detrimento do aspecto estético tão valorizado na arte literária. A concepção de literatura centrada no prazer alcançado pela linguagem refinada e, muitas vezes, acessíveis a poucos pode se contrapor ao fazer literário que, dentre outras coisas, serve para formar leitores em um público tão específico e complexo como o infantojuvenil.

É bem verdade que nos seus primórdios a literatura para os menos experientes pecou pelo seu exacerbado direcionamento ao cunho didático. As ideologias de classes, os modelos de comportamento e de fé foram estabelecidos como paradigmas a serem seguidos pelas novas gerações. Todos os escritos eram logicamente idealizados pelos adultos com o intuito de educar a criança como um ser passivo. Como seres em formação, os mais jovens não tinham direito a possuir espírito crítico.

As relações de poder na sociedade, mais uma vez, determinavam quem mandava nos processos de expansão dos conhecimentos e da arte. Fatos esses que de modo algum são deméritos para o fazer artístico que se diferenciava apenas pela estatura dos seus consumidores. Acerca dessa celeuma que traz à tona uma espécie de dicotomia da literatura infantojuvenil enquanto elemento pedagógico e/ou artístico, Coelho (2000, p.46) apresenta revelações a serem levadas em conta:

O que se pode deduzir, diante das tendências que ela vem seguindo nestes três séculos de produção, é que um dos primeiros problemas a suscitar polêmica, quanto à sua forma ideal, teria sido o de sua natureza específica: A literatura infantil pertenceria à arte literária ou à área pedagógica? Controvérsia que vem de longe: tem raízes na Antiguidade Clássica, desde quando se discute a natureza da própria literatura (útil ou dulce? isto é, didática ou lúdica?) e, na mesma linha, se põe em questão a finalidade da literatura destinada aos pequenos. Instruir ou divertir? Eis o problema que está longe de ser resolvido. As opiniões divergem e em certas épocas se radicalizam. Entretanto, se analisarmos as grandes obras

que através dos tempos se impuseram como “literatura infantil”, veremos que pertencem simultaneamente a essas duas áreas distintas (embora limítrofes e, as mais das vezes, interdependentes): a da arte e a da pedagogia. Sob esse aspecto, podemos dizer que, como objeto que provoca emoções, dá prazer ou diverte e, acima de tudo, modifica a consciência de mundo de seu leitor, a literatura infantil é arte. Sob outro aspecto, como instrumento manipulado por uma intenção educativa, ela se inscreve na área da pedagogia.

Os questionamentos acerca da qualidade literária e o conseqüente desprestígio atribuído à literatura infantojuvenil vêm gradativamente sendo desconstruído na medida em que se percebe essa concomitância entre literário e pedagógico que não causa detrimento para nenhuma das partes. O que ocorre pode ser traduzida pela conhecida expressão popular: “É a união do útil ao agradável”. Em outras palavras, a literatura para os não adultos, ao ter sua origem ligada ao ensino, não comprometeu sua função emotiva, imaginativa e a linguagem de teor conotativo.

Para deixar ainda mais claro, pode-se dizer que “a literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra” (COELHO, p.27, 2000). Numa postura de concordância com o pensamento de Coelho (2000), Cademartori (2010, p.08) atesta o seguinte:

Mesmo sendo inegável o vínculo estabelecido entre literatura infantil e educação, é importante ter clareza de que não cabe ao gênero o papel de subsidiário da educação formal. A natureza literária já o coloca além dos objetivos pedagógicos, assim como dos ideais, costumes e crenças que os adultos queixaram transmitir às crianças. É como entretenimento, aventura estética e subjetiva, reordenação dos próprios conceitos e vivências, que a literatura oferece, aos pequenos, padrões de leitura do mundo.

Associado ao didatismo, tão criticado pelos que postulam uma inferioridade da produção literária destinada aos pré-adultos, esteve o caráter moralizador desse fazer artístico. Assim, normas, padrões de comportamento e formação ética foram inseridos nessa literatura os quais, carregados de valores e ideologias, trariam contribuições

significativas na constituição das consciências de muitos indivíduos. As antíteses de personagens que representavam o bem e o mal (herói X vilão; bruxa X princesa) foram estereótipos criados, provavelmente, para moldar esse caráter do sujeito cujas práticas individuais e coletivas seriam aceitas como boas e justas. Os contos de fada são exemplos cabais dessa realidade cujas bases foram aprofundadas, no século XIX, através dos alemães Wilhelm e Jacob Grimm (irmãos Grimm). Diferente de Perrault (século XVII), eles ampliaram a pesquisa de contos orais e, assim, popularizaram o acesso a essa literatura. Nesse contexto, é preciso enfatizar que mesmo com o crescimento da divulgação da literatura infantojuvenil, a necessidade de transmitir valores, inclusive religiosos, esteve, durante muito tempo, no cerne dessa categoria literária.

Sendo assim, não é por acaso que no final das histórias o mocinho e mocinha sempre saem vitoriosos, felizes e os antagonistas são severamente castigados. Havia, portanto, um modelo de contar histórias, ideologicamente arquitetado, para introduzir na mente das crianças como se portar na sociedade quando adultos. O juízo de valor a respeito desse método empregado na literatura infantojuvenil ao longo da história está sujeito a muitas contestações. Um dos argumentos utilizados é que os conteúdos moralizantes tiram a liberdade de reflexão dos mais jovens que apesar da pouca idade não estão condicionados a uma visão alienada do mundo.

Sendo assim, revestida com funções pragmáticas a literatura infantojuvenil esteve no passado e, mesmo nos dias contemporâneos, colocada em situação de dúvida quanto ao seu cerne no contexto da sociedade. É salutar, portanto, uma visão que redimensione as concepções que põem em antagonismo os papéis educacionais e artísticos do texto literário. No tocante ao processo histórico e a necessidade de um novo olhar acerca dessa literatura, Zilbermam (2003, p.15-16) comenta o seguinte:

A aproximação entre a instituição e o gênero literário não é fortuita. Sintoma disso é que os primeiros textos para crianças são escritos por pedagogos e professoras, como marcante intuito educativo. E, até hoje, a literatura infantil permanece como uma colônia da pedagogia o que lhe causa grandes prejuízos: não é aceita como arte por ter uma finalidade pragmática; e a presença do objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança. Esses fatos tornam problemáticas as relações entre a literatura e o ensino. De um lado, o vínculo de ordem prático prejudica a recepção das obras; o jovem pode não querer ser instruído por meio da arte literária e a crítica desprestigia globalmente a produção destinadas aos pequenos, antecipando a intenção pedagógica sem avaliar os casos específicos. De outro, a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Revela-se imprescindível e vital um redimensionamento de tais relações, de modo que eventualmente transforme a literatura infantil no ponto de partida para o novo e saudável diálogo entre o livro e seu destinatário mirim.

Diante de tantas controvérsias, que muitas vezes representam uma visão reducionista da arte literária e estabelecem graus de status a ponto de distinguir categoricamente aquilo que se escreve para adultos como superior aos escritos para os de menos idade, é preciso ratificar o fato de que o processo de formação do leitor é mais bem consolidado se começar desde os primeiros anos de vida, quando o indivíduo já tiver razoável domínio das técnicas de decodificação.

Como a infância é a fase da vida humana que melhor representa a presença da imaginação e da fantasia não há possibilidade de desconectá-la do elemento literário mesmo que pela linguagem não escrita. A literatura para crianças e adolescentes está presente, também, nas histórias contadas pelos pais e avós, o que parece ser menos usual em dias atuais, e até nos desenhos animados, revistas em quadrinhos e filmes que parodiam obras literárias, fato tão assíduo na contemporaneidade.

A simples compreensão do edificante intercâmbio entre a literatura infantojuvenil e a formação do leitor pode auxiliar na superação do preconceito que por vezes causa o equívoco de não se valorizar um aspecto da arte que não apenas produz prazer pelo

encantamento das palavras, mas também conduz a um processo de aprimoramento de habilidades e aptidões linguísticas e culturais. Tudo isso, em consonância com as demandas de uma sociedade que exige cada vez mais que os indivíduos tenham um trato profícuo e amplo com a língua escrita. Na esteira dessa ótica, Machado (2002, p.10-11), no seu livro *Como e porque ler os clássicos universais desde cedo*, comenta acerca do legado de leituras literárias na infância:

Engraçado como todas essas lembranças infantis ficam tão nítidas e duráveis. Talvez porque nas crianças a memórias ainda está tão virgem e disponível que as impressões deixadas nela ficam marcadas de forma muito funda. Talvez porque sejam muito carregadas de emoções. Vários adultos dão testemunho dessa permanência. O poeta Carlos Drummond de Andrade fez mais de um poema relembrando seu deslumbramento ao descobrir outro clássico em cuja leitura mergulhava, o Robinson Crusoe. A romancista Clarice Lispector escreveu sobre a intensa felicidade que lhe proporcionou a leitura de *Reinações de Narizinho*, um clássico brasileiro. O poeta Paulo Mendes Campos celebrou *Alice no País das Maravilhas*, do inglês Lewis Carroll, como uma das chaves que abrem as portas da realidade. O crítico francês Roland Barthes descobriu nas leituras adolescentes da mitologia grega um fascínio pelos argonautas e seu navio Argos, que o acompanhou por toda a vida – e esse mesmo mito do Velocino de Ouro exerceu seu magnetismo sobre o inglês William Morris e o argentino Jorge Luís Borges. Este, aliás, se confessou em débito com obras muitas vezes consideradas infantojuvenis como *Narrativas de Arthur Gordon Pym*, de Edgar Allan Poe, *O Médico e o Monstro* de Robert Louis Stevenson, e *Moby Dick*, de Herman Melville.

A autora mostra exemplos de escritores renomados que tiveram contribuições relevantes das suas leituras em época de criança no tocante à formação humanística e ao próprio ofício pelo fato de trabalharem artisticamente com as palavras. É estabelecida, então, uma relação entre grandes escritores e suas histórias de vida repletas de leituras mesmo numa fase de maior pureza e inocência.

Desse modo, é lógico que nem todo leitor precoce desenvolverá um talento para a escrita a ponto de obter vasto reconhecimento, porém prescindir do contato efetivo dos menores com o texto literário parece ser causa de lacunas que poderão ser sentidas no sujeito adulto. Princípios e constituição do intelecto perpassam, inevitavelmente, pela

leitura seja da palavra escrita ou do mundo com seus inúmeros símbolos e ideias. Em outras palavras, Coelho (2000, p.43), escreve:

[...] se conclui a importância basilar da literatura destinada às crianças: é o meio ideal não só para auxiliá-las a desenvolver suas potencialidades naturais, como também para auxiliá-las nas várias etapas de amadurecimento que medeiam entre a infância e a fase adulta.

Nesse sentido, o acesso e contato efetivo dos mais jovens com os escritos literários podem ser vistos, pelo bônus que traz, como um direito. Parafraseando Antonio Candido (2004) que escreveu sobre o direito à literatura, não se pode negar que os de menos idade têm ampliadas suas chances de tornarem-se leitores mais competentes concomitantemente com um processo de humanização peculiar da arte literária.

Assim, visto que a educação é um direito, sobretudo dos não adultos, a literatura infantojuvenil, que não tem perdido, necessariamente, seu valor artístico, constitui-se da mesma forma algo a ser assegurado para crianças e adolescentes não como garantia absoluta de êxito com o trato linguístico, mas na condição de um dos primeiros instrumentos de formação universal do ser humano.

REFERÊNCIAS

- CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: duas cidades, 2004.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
- COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: A leitura literária na escola**. 1 ed.; [tradução Laura Sandroni]. São Paulo: Global, 2007.
- COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Editora melhoramentos, 2009.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11 ed. São Paulo: Global, 2003.